

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.819.479 - AL (2019/0164504-9)**

**RELATORA** : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
**RECORRENTE** : ROMAO CICERO MEDEIROS RODAS  
**RECORRENTE** : ROBERTO SERGIO DE MOURA BERNARDES  
**ADVOGADO** : RICARDO ANDRÉ BANDEIRA MARQUES E OUTRO(S) - PE022713  
**RECORRIDO** : UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS UFAL

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial, interposto por ROMÃO CICERO MEDEIROS RODAS e OUTRO, com base no art. 105, III, **a**, da CF/88, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. VALOR COMPLEMENTAR. EMENTA IMPOSSIBILIDADE. PRECLUSÃO.

1. Agravo de instrumento interposto por particulares, em face da decisão que, nos autos da execução fiscal, indeferiu o pedido de execução complementar formulado pelos recorrentes.
2. O cerne do presente agravo consiste em perquirir a possibilidade de execução de valores complementares.
3. Compulsando os autos, observa-se que: i) em 05 de março de 2010, os agravantes propuseram a execução de título judicial, objetivando o pagamento do valor correspondente a R\$ 39.090,24 (trinta e nove mil, noventa reais e vinte e quatro centavos); ii) em 18 de abril de 2011, os agravantes apresentaram pedido de execução complementar, no montante de R\$ 79.177,31 (setenta e nove mil, cento e setenta e sete reais e trinta e um centavos); iii) em 11 de julho de 2011, foi proferida sentença nos embargos à execução, homologando os cálculos apresentados pelos próprios exequentes, totalizando a quantia de R\$ 39.090,24 (trinta e nove mil, noventa reais e vinte e quatro centavos).
4. Observa-se que contra a sentença proferida nos embargos à execução não foi interposta apelação pelos exequentes. Ademais, houve não só a expedição dos requisitórios de pagamento do montante executado, bem como o seu adimplemento e determinação de arquivamento dos autos, conforme destacado na decisão agravada.
5. Não é possível a execução complementar como requerida pelos agravantes, eis que se trata de hipótese de preclusão. Ora, competia aos exequentes questionar a quantia no momento oportuno, ou seja,

quando intimados para se pronunciar quanto aos valores que seriam requisitados por meio de precatório. É nesse momento que deveriam ser trazidas todas as eventuais impugnações aos valores, evitando assim a eternização da lide. 6. Agravo de instrumento improvido" (fls. 96/97e).

Opostos Embargos de Declaração, foram rejeitados:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. REDISSCUSSÃO DA EMENTA MATÉRIA JÁ APRECIADA. IMPOSSIBILIDADE.

1. Embargos de declaração opostos por particulares em face de acórdão que negou provimento ao agravo de instrumento interposto pelos embargantes.

2. Em suas razões, afirmam que o acórdão impugnado incorreu em omissão por não ter sido observado que a sentença dos embargos à execução também determinava que restavam a implantar os percentuais de 6,42 % e 9,62%. Alegam que a execução complementar teria respaldo nesta decisão.

3. Não merece ser acolhido o argumento das partes embargantes, eis que, ao julgar o agravo de instrumento, a Turma pronunciou-se expressamente no sentido de que competia aos exequentes questionar a quantia executada em momento oportuno, ou seja, quando intimados para se pronunciar quanto aos valores que seriam requisitados por meio precatório, devendo todas as impugnações serem aduzidas neste momento.

4. Na própria sentença dos embargos, o juízo da execução ressalta a diferença entre o valor apurado pelo perito e o requerido pela parte exequente, sendo certo que em tal momento as partes poderiam impugnar tal diferença. Nesse sentido, o que pretendem executar é a diferença entre o cálculo que apuraram e o que foi apurado pela contadoria do juízo.

5. O que pretendem é a rediscussão de matéria já apreciada, o que não é possível pela via dos aclaratórios, até porque estes não se prestam à inovação, à rediscussão da matéria tratada nos autos ou à correção de eventual . error in judicando.

6. Embargos declaratórios improvidos" (fl. 143e).

Em seu Recurso Especial, os recorrentes alegam ofensa aos arts. 502 e 503 do CPC/2015; e 6º, §3º, da LINDB, sustentando o seguinte:

**"Baseia-se este apelo excepcional na vulneração ao art. 6º, §3º, da LINDB, assim como aos arts. 502 e 503, do CPC/15, tendo em vista o reconhecimento equivocado de preclusão no caso em apreço, culminando na inobservância dos termos fixados no título executivo judicial exequendo, em grave violação ao instituto da coisa julgada material.**

(...)

Por meio da decisão colegiada em questão, a Corte Regional entendeu pela preclusão do pleito formulado na origem, que visava à execução de valores remanescentes em favor dos ora recorrentes, tendo em vista o não pagamento integral pela recorrida do numerário insculpido no título exequendo.

(...)

Pois bem, **sagrando-se vitoriosos no feito cognitivo, os ora recorrentes**, tendo obtido o direito à implantação de percentual de 47,94% aos seus vencimentos, assim como ao pagamento dos valores atrasados, **manejaram a correspondente Execução contra a Fazenda Pública, visando – primeiramente – à realização da obrigação de fazer.**

Quando, enfim, verificada a implantação do reajuste vencimental, fixando-se o termo final para o pagamento das parcelas atrasadas, **manejaram os particulares pedido de execução da obrigação de pagar**, a qual foi desafiada por meio dos Embargos à Execução de NUP 0003170-11.2010.4.05.8000.

Em seu pedido executivo, os então exequentes apresentaram planilha de cálculos que não levava em consideração determinadas especificidades referentes ao lapso temporal que envolvia os reajustes concedidos, culminando em valor a menor, na monta de R\$ 39.090,24 – vide doc. 02-A (cópia de petição juntada aos autos).

**Ante a discordância quanto aos cálculos, manifestada pela Universidade Federal de Alagoas/AL, o MM. Juízo de Execução determinou fosse realizada perícia contábil, que – apontando o deslize nas contas realizadas pelos particulares – ENCONTROU VALOR SUPERIOR**, totalizando o numerário de R\$ 118.267,55.

**Diante disso, os particulares requereram, prontamente, a execução - bem assim - da diferença encontrada, o que se deu ao dia 18/04/2011 nos autos do feito executivo já em curso.**

Ao proferir sentença (em 11/07/2011) julgando improcedentes os embargos do devedor (o que foi mantido pelo Eg. TRF5), o

**Magistrado Singular, considerando o Princípio da Congruência, houve por bem em homologar, naquele momento, apenas o valor pioneiramente requestado - isto é, a quantia pedida a menor pelos particulares.**

**Neste ponto, registre-se que o Douto Juízo de Execução, talvez por falha na dinâmica forense, ainda não havia tomado nota do pleito executivo complementar formulado meses antes nos autos da execução propriamente dita.**

**Mesmo assim, o Magistrado a quo fez questão de ressalvar, quando da prolação da aludida sentença, a existência de valor residual ainda devido pela UFAL aos exequentes/embargados, (...)**

**Em tal contexto, os particulares peticionaram, novamente, àquele Juízo de Execução, requerendo o prosseguimento de seu pleito executivo complementar (vide doc. 04 – cópia de petição juntada aos autos).**

**O requerimento em questão, contudo, foi paradoxalmente negado!**

**Acontece que o Douto Magistrado Singular incorrera em grande equívoco, considerando que o pedido da execução complementar (fls. 639/642 dos autos físicos) corresponderia à execução pioneira (fls. 550/558 dos autos físicos). Com isso, apoiou-se o Juízo de 1º Grau em premissa equivocada, 'trocando os pés pelas mãos' e considerando que o pleito executivo complementar já teria sido deferido e o débito, inclusive, satisfeito pela executada, (...).**

**Como se nota, o TRF5 parece ter se olvidado de que – como demonstrado acima – a sentença que julgou os embargos ao primeiro pleito executivo (homologando o valor de R\$ 39.090,24, proposto pelos próprios particulares), também reconheceu a existência de resíduo em seu favor, contexto que lhes impossibilitava de engendrar qualquer intento recursal por evidente falta de interesse (do ponto de vista processual).**

**Com efeito, do que recorreriam os exequentes?**

**Ora, os embargos do devedor haviam sido julgados improcedentes; o valor residual descoberto em seu favor – assim acreditavam - já houvera sido resguardado mediante pleito formulado nos autos da execução, meses antes da sentença que julgara os embargos; ademais, a quantia homologada – ainda que encurtada – ficara adstrita aos termos do pioneiro pedido por si realizado (o qual, como dito, fora objeto de complementação, tão logo verificada tal necessidade)!**

**Diante disso, como falar em preclusão?!**

Mesmo instado manifestar-se por meio de declaratórios, o Órgão Julgador deixou de sanar as falhas no julgado, esgotando-se – portanto – todas as alternativas recursais pelas vias ordinárias e sobressaindo, ainda assim, vultosa afronta ao instituto da coisa julgada material!

(...)

### **3. MÉRITO RECURSAL**

#### **3.1. Art. 105, III, a, da CF/88 – Violação pelo acórdão fustigado do art. 6º, §3º, da LINDB, assim como dos arts. 502 e 503, do CPC/15(ofensa à coisa julgada)**

Tal como adiantado nos tópicos acima, um dos pontos fulcrais do presente recurso especial encontra-se vertido em torno de evidente violação ao instituto da coisa julgada material, representado na literalidade do art. 6º, §3º, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB, e dos arts. 502 e 503 do Código de Processo Civil – CPC de 2015.

(...)

O vício que macula o acórdão ora fustigado tem raiz na enviesada e errônea observação de uma série de peculiaridades que despontaram nos autos ao longo da marcha processual (eis a razão do detalhamento no tópico introdutório). Tais fatores, uma vez olvidados, culminaram na falha encabeçada pela Corte Regional quando do julgamento do agravo de instrumento manejado pelos particulares.

Com efeito, tal como repetido diversas vezes ao longo deste recurso, tem-se que a Eminente 3ª Turma do Eg. TRF5 considerou a ocorrência de preclusão na hipótese em tela, julgando que os particulares não mais poderiam requerer a execução dos valores residuais devidos pela executada, eis que o momento correto para discutir eventuais discrepâncias quanto ao montante objeto da execução dar-se-ia – in casu – quando da sentença que julgou improcedentes os embargos do devedor, devendo suceder-se mediante apelação.

Ocorre, primeiramente, que a sentença proferida verteu-se – inteiramente – em favor dos embargados/exequentes, julgando improcedentes os embargos do devedor, homologando a quantia efetivamente pleiteada na pioneira intentada executiva e ressaltando a remanescência de valor residual ainda a ser executado (na forma encontrada pela perícia contábil, o que não requer reanálise de provas, eis que constante da sentença),

(...)

Daí, resuma evidente a total ausência de interesse recursal por parte dos particulares, que jamais poderiam recorrer de tal decisão!

Além disso, **considerando que já haviam requerido a execução da quantia residual encontrada meses antes da sentença em referência, os particulares – com razão – jamais vislumbraram sequer a necessidade interpor apelação ou mesmo embargos de declaração ante a expressa ressalva feita pelo Douto Juízo sentenciante.**

Ora, a forma como o Magistrado a quo optou por conduzir o processo levou os exequentes a simplório, embora não catalogado meandro formal (o que é natural, eis que não se pode prever a infinidade de situações passíveis de ocorrer ao longo do feito), cuja resolução requeria – tão somente - a observância sistêmica das normas gerais de processo civil.

Com efeito, considerando o descobrimento, no bojo dos embargos do devedor, de valor residual favorável aos particulares; bem assim a prolação de sentença julgando improcedentes tais embargos; a existência de ressalva quanto à possibilidade de posterior execução do montante ainda devido; e a homologação dos cálculos (encurtados, é verdade) propostos pelos próprios exequentes, conclui-se – facilmente – não apenas pela DESNECESSIDADE, mas também pela IMPOSSIBILIDADE de apelar.

Ao desconsiderar todas essas particularidades que despontaram ao longo da marcha processual, mediante a prolação de decisão genérica e dissociada da adequada sistemática recursal imposta pelo Código de Ritos, o Eg. TRF5 terminou por reconhecer – de maneira totalmente indevida – a enviesada ocorrência de 'preclusão' no caso em tela, para tanto considerando – paradoxalmente – o fato de que os particulares deixaram de recorrer de sentença que era IRRECORRÍVEL!

Noutros termos, a Corte Recorrida emplacou errôneo entendimento, através do qual culminou por permitir que o direito de crédito reconhecido aos particulares por meio de decisão judicial passada em julgado (após litispendência que superou uma década) fosse fulminado somente porque os ora recorrentes teriam deixado de apelar de uma sentença que lhes foi favorável e que ressaltou a existência de valores a ainda serem executados.

Trata-se de situação aberrante!

**Em tal contexto, tem-se que o impreciso acórdão recorrido, na medida em que deixou de considerar premissas fundamentais ao correto julgamento da controvérsia abordada, TERMINOU POR RECONHECER PRECLUSÃO QUE NÃO EXISTE, NEM NUNCA PODERIA EXISTIR, impedindo, indevidamente, a satisfação do crédito em sua totalidade.**

**Desvelam-se – assim - os exatos termos da chaga perpetrada no caso em tela contra a coisa julgada material!**

(...)

Tal como acima se viu na pena de Olvídio Batista da Silva, tem-se inobservada a feição positiva da res iudicata, do que desponta inequívoca e gravosa chaga ao art. 6º, §3º, da LINDB, assim como aos arts. 502 e 503, do CPC/15, à maneira extensivamente demonstrada nas linhas anteriores.

(...)

#### **4. DOS PEDIDOS**

Por todo o exposto, tendo em vista a violação do art. 6º, §3º, da LINDB, assim como dos arts. 502 e 503, do CPC/15, requer-se seja julgado procedente o presente apelo excepcional, no sentido de reformar o acórdão recorrido para determinar o imediato prosseguimento da execução complementar (...)" (fls. 156/169e).

Contrarrazões oferecidas (fls. 196/198e), foi admitido o Recurso (fls. 203/204e).

A irresignação não merece prosperar.

Inicialmente, quanto à alegada ofensa aos arts. 6º, §3º, da LINDB, 502 e 503, do CPC/2015, o Recurso Especial não ultrapassa a admissibilidade, ante o óbice da Súmula 282 do Supremo Tribunal Federal ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada").

Isso porque, para que se configure o prequestionamento, não basta que o recorrente devolva a questão controvertida para o Tribunal, é necessário que a causa tenha sido decidida à luz da legislação federal indicada, bem como seja exercido juízo de valor sobre os dispositivos legais indicados e a tese recursal a eles vinculada, interpretando-se a sua aplicação ou não ao caso concreto.

Nesse contexto, por simples cotejo das razões recursais e os fundamentos do acórdão, percebe-se que a tese recursal vinculada aos dispositivos tidos como violados não foi apreciada no voto condutor, sequer de modo implícito, não tendo servido de fundamento à conclusão adotada pelo Tribunal de origem. A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO. SÚMULA N. 284 DO STF. PREQUESTIONAMENTO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SUMULA N. 7 DO STJ. DECISÃO

MANTIDA.

1. A deficiência na fundamentação do recurso, de modo a impedir a compreensão da suposta ofensa ao dispositivo legal invocado, obsta o conhecimento do recurso especial (Súmula n. 284/STF).

**2. A simples indicação dos dispositivos legais tidos por violados, sem que o tema tenha sido enfrentado pelo acórdão recorrido, obsta o conhecimento do recurso especial, por falta de prequestionamento, a teor da Súmula n. 282 do STF.**

3. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos ou interpretação de cláusula contratual, a teor do que dispõem as Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

4. No caso dos autos, a modificação das conclusões do acórdão recorrido, a respeito da conduta protelatória do agravante, para fins de afastamento da multa por litigância de má-fé, demandaria análise do conteúdo fático dos autos.

5. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt no AREsp 273.612/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe de 23/03/2018).

Além disso, acerca da controvérsia, manifestou-se o Tribunal de origem:

"O cerne do presente agravo consiste em perquirir a possibilidade de execução de valores complementares.

Compulsando os autos, observa-se que:

- i) em 05 de março de 2010, os agravantes propuseram a execução de título judicial, objetivando o pagamento do valor correspondente a R\$ 39.090,24 (trinta e nove mil, noventa reais e vinte e quatro centavos);
- ii) em 18 de abril de 2011, os agravantes apresentaram pedido de execução complementar, no montante de R\$ 79.177,31 (setenta e nove mil, cento e setenta e sete reais e trinta e um centavos);
- iii) em 11 de julho de 2011, foi proferida sentença nos embargos à execução, homologando os cálculos apresentados pelos próprios exequentes, totalizando a quantia de R\$ 39.090,24 (trinta e nove mil, noventa reais e vinte e quatro centavos).

**Com efeito, observo que contra a sentença proferida nos embargos à execução não foi interposta apelação pelos exequentes.**

Ademais, **houve não só a expedição dos requisitórios de**



**pagamento do montante executado, bem como o seu adimplemento e determinação de arquivamento dos autos, conforme destacado na decisão agravada.**

**Nesse sentido, entendo que não é possível a execução complementar como requerida pelos agravantes, eis que se trata de hipótese de preclusão.**

**Ora, competia aos exequentes questionar a quantia no momento oportuno, ou seja, quando intimados para se pronunciar quanto aos valores que seriam requisitados por meio de precatório. É nesse momento que deveriam ser trazidas todas as eventuais impugnações aos valores, evitando assim a eternização da lide" (fl. 95/96e).**

Com efeito, a Corte de origem, ao analisar a controvérsia, asseverou que **"não só a expedição dos requisitórios de pagamento do montante executado, bem como o seu adimplemento e determinação de arquivamento dos autos, conforme destacado na decisão agravada"** e de que **"competia aos exequentes questionar a quantia no momento oportuno, ou seja, quando intimados para se pronunciar quanto aos valores que seriam requisitados por meio de precatório. É nesse momento que deveriam ser trazidas todas as eventuais impugnações aos valores, evitando assim a eternização da lide"**.

Entretanto, tais fundamentos não foram impugnados pela parte recorrente, nas razões do Recurso Especial, sendo suficientes para manter o julgado, não servindo o argumento trazido no Recurso Especial acerca da ausência de interesse na interposição de recurso para questionar o valor que se entendia ainda devido. Portanto, incide, na hipótese, a Súmula 283/STF, que dispõe: **"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles"**.

A propósito:

**"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. AÇÃO REVISIONAL CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO. ART. 535 DO CPC/1973. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. FUNDAMENTO SUFICIENTE. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 283/STF. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FASE LIQUIDAÇÃO. POSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 568/STJ.**

**1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).**

2. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.

3. **A ausência de impugnação de um fundamento suficiente do acórdão recorrido enseja o não conhecimento do recurso, incidindo o enunciado da Súmula nº 283 do Supremo Tribunal Federal.**

4. É possível a fixação de honorários advocatícios na fase de liquidação de sentença com caráter contencioso. Precedentes.

5. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no AREsp 864.643/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 20/03/2018).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do Recurso Especial.

Não obstante o disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), deixo de majorar os honorários advocatícios, por tratar-se, na origem, de recurso interposto contra decisão interlocutória, na qual não houve prévia fixação de honorários.

I.

Brasília, 26 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
Relatora